

## As contribuições brasileiras sobre conflitos armados dentro do campo das Relações Internacionais (2007-2017)

### *Brazilian contributions on armed conflicts within the field of International Relations (2007-2017)*

MATHEUS DE ABREU COSTA SOUZA <sup>1</sup>

**Resumo:** Desde a criação do campo das Relações Internacionais, a produção acadêmica tem dado certo enfoque nos desafios concernentes à manutenção da paz e da segurança internacional. Dentro do subcampo da segurança internacional, o estudo sobre conflitos armados é um tópico amplamente discutido. Assim, o presente artigo tem como objetivo explorar as contribuições acadêmicas brasileiras sobre a temática, publicadas nos anais eletrônicos dos eventos da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), entre os anos de 2007 e 2017, visando identificar em qual direção os artigos produzidos nesse período contribuem para com os estudos sobre conflitos armados.

**Palavras-chave:** Conflitos Armados; Conflitos Intraestatais; Conflitos Interestatais.

**Abstract:** Since the creation of the International Relations field, academic production has given a certain focus on the challenges concerning the maintenance of international peace and security. Within this subfield of international security, the study of armed conflicts is a widely discussed topic. Thus, this article aims to explore the Brazilian academic contributions on the topic, published in the electronic proceedings of Brazilian Association of International Relations (ABRI) events, between 2007 and 2017, in order to identify in which direction the articles produced in such period contribute to the studies on armed conflicts.

**Keywords:** Armed Conflicts; Intrastate Conflicts; Interstate Conflicts.

Recebido em:  
11 de Julho de 2018

Received on:  
July 11, 2018

Aceito em:  
31 de Dezembro de 2018

Accepted on:  
December 31, 2018

DOI: 10.12957/rmi.2018.35977

<sup>1</sup> Mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Professor substituto na PUC-MG. **Endereço para correspondência:** xxx. **Email:** [matheusdeacsouza@gmail.com](mailto:matheusdeacsouza@gmail.com) **ORCID:** 0000-0002-0734-475X

### **Introdução**

É comumente referenciado que a criação das Relações Internacionais como um campo único do conhecimento científico se deu em 1919, quando, na tentativa de evitar a eclosão de novas guerras de escala mundial, reuniram-se pesquisadores em torno dessa causa. Assim, identifica-se que a própria *raison d'être* do campo, em seus anos iniciais, girava em torno das possibilidades de paz, da guerra e da segurança doméstica e internacional, aspecto que fez com que os conflitos armados ocupassem certa centralidade nas discussões acadêmicas dentro do campo das Relações Internacionais. A agenda dos estudos sobre segurança internacional, em um contexto pós-Guerra Fria, ainda sofreu um alargamento, passando a embarcar temáticas como os conflitos intraestatais, também referenciados como conflitos internos (Lawson; Hobson, 2008; Sato, 2000; Buzan; Hansen, 2009).

Tendo em vista a relevância do subcampo da segurança internacional dentro da área das Relações Internacionais, o presente artigo tem como foco o estudo de uma temática de extrema relevância, que é a discussão sobre os conflitos armados. A pesquisa

tem como o objetivo responder a seguinte pergunta de partida: em que direção a pesquisa acadêmica brasileira, entre os anos de 2007 e 2017, contribuiu para os estudos sobre os conflitos armados? Antes de prosseguir para a apresentação das hipóteses para esta pergunta, é necessário esclarecer que o questionamento anterior utiliza da palavra “direção” em dois principais sentidos. Um deles é relativo ao objeto de estudo da produção acadêmica brasileira sobre conflitos armados, e, para tanto, três principais hipóteses excludentes foram traçadas e organizadas abaixo em ordem de probabilidade:

o H1: A produção acadêmica brasileira sobre conflitos armados, no período delimitado, foca na produção de conhecimento sobre conflitos de natureza intraestatal;

o H2: Na produção acadêmica brasileira, há um equilíbrio, no intervalo de tempo determinado, entre a discussão sobre conflitos armados intraestatais e conflitos armados interestatais;

o H3: A produção acadêmica brasileira sobre conflitos armados, no período delimitado, foca na produção de conhecimento sobre conflitos de natureza interestatal.

O segundo sentido da utilização da palavra “direção” no questionamento central deste artigo é relativo à fase de um conflito armado que foram estudadas nos artigos coletados. Neste caso, não será trabalhada nenhuma hipótese precisa, tendo em vista o caráter altamente exploratório desse questionamento. Assim, o objetivo do presente artigo é identificar, por meio de um levantamento quantitativo, a natureza das pesquisas – teóricas ou aplicadas –, quais os tipos de conflitos armados que foram mais estudados no Brasil, bem como em qual fase desses conflitos reside o maior interesse dos pesquisadores. Para tornar a pesquisa exequível, a amostragem de textos científicos selecionada para análise é referente aos anais eletrônicos dos eventos organizados pela Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), entre 2007 e 2017, tendo em vista que a instituição é responsável por produzir os maiores eventos do campo das Relações Internacionais no Brasil.

Para realizar os objetivos traçados para este artigo, o texto se subdivide, para além da presente introdução, em outras quatro principais seções. A primeira delas apresenta uma breve contextualização acerca do processo de ampliação do subcampo da segurança internacional. Em seguida, será apresentada a lente teórica-

metodológica que guiará a realização do artigo, contendo as balizas metodológicas e as definições sobre o que são conflitos, conflitos armados, conflitos intraestatais e conflitos interestatais, bem como suas diferentes fases cíclicas. A terceira seção, enfim, realiza a análise dos dados coletados nos anais eletrônicos dos eventos da ABRI com base nos critérios estabelecidos. Por fim, serão apresentadas as considerações finais.

### *O subcampo da segurança internacional: um breve panorama*

O subcampo da segurança internacional, até meados da década de 1980, operou sob uma lógica que posteriormente veio a ser nomeada como “tradicional”, que tinha uma concepção limitada acerca do que era ou não considerado como escopo de atuação desse subcampo. Também eram definidas ferramentas epistemológicas consideradas como “adequadas” para o estudo da segurança, sendo estas, em sua grande maioria, baseadas em pressupostos positivistas. Dentro dessa perspectiva, por anos, o conhecimento produzido dedicou grande centralidade ao Estado e focou em relações conflituosas entre tais entidades políticas, bem como o estudo do equilíbrio de poder, além do grande foco dado aos estudos estratégicos e às dinâmicas envolvendo as grandes

guerras. De maneira geral, dentro dessa perspectiva tradicional que permeava os estudos sobre a segurança internacional, o objeto a ser tornado mais seguro – proposta central dos estudos desse subcampo – era sempre o Estado e as instituições que o sustentam (Williams; Krause, 1997; Krause; Williams, 1997; Buzan; Hansen, 2009).

Com o passar dos anos, essa perspectiva tradicional que tanto enfatizava a necessidade de seguridade do Estado, ainda que em passos lentos, deu espaço para uma abordagem ampliada que inclui diversos outros tópicos antes marginalizados pelos estudos tradicionais. Na verdade, talvez a principal consideração a ser feita é que, aos poucos, as bases epistemológicas e ontológicas do subcampo em questão passaram a ser questionadas. Parte dessa evolução em direção à uma perspectiva mais ampliada sobre a temática pode ser atribuída aos esforços do norueguês Johan Galtung, que, no fim da década de 1960, ainda em um trabalho isolado, propôs uma redefinição acerca de um conceito central para o subcampo, que é a noção de violência. Galtung (1969) se ancorou em uma perspectiva sociológica para propor um alargamento do conceito de violência, que antes de sua publicação era essencialmente tratado pelos acadêmicos das Relações Internacionais como sendo ações

violentas que provocassem dano físico ao próximo.

Para Galtung (1969), já que a ideia de paz era comumente referenciada, tanto no âmbito social quanto acadêmico, como uma condição social oposta à violência, seria preciso promover maiores reflexões acerca do que esse último conceito significava. Para além da perspectiva tradicional sobre a violência – abordada como violência pessoal na obra do autor –, Galtung (1969) propõe um entendimento mais qualificado acerca de outras formas de manifestações desse fenômeno dentro das sociedades, buscando compreender como as estruturas sociais podem promover um tipo de violência que se afasta do conceito tradicional, que é a violência estrutural, caracterizada por ser invisível e, ao mesmo tempo, latente, ou seja, contínua nas dinâmicas sociais. Essa violência estrutural é caracterizada por situações que são instituídas nas sociedades, como uma prática, regra ou norma, de modo a criar e manter um cenário marcado pela desigualdade e pela injustiça social. Ações de violência estrutural, seguindo o exemplo do autor, podem se manifestar “(...) como um poder desigual e, conseqüentemente, como chances de vida desiguais” (Galtung,

1969, p. 171, tradução livre<sup>2</sup>). Essa concepção influenciou os estudos sobre a violência e, conseqüentemente, sobre a segurança internacional, na medida em que aponta situações sociais injustas que afetam a posição e a vida dos indivíduos nessas sociedades.

Embora Galtung (1969) tenha indicado a necessidade de expansão do conceito de violência no fim da década de 1960, os estudos subsequentes da época, de forma geral, continuaram a se estudar as temáticas tradicionais, ou seja, a produção acadêmica continuou a se ancorar em óticas e leituras baseadas na mesma epistemologia e ontologia. A continuidade dos estudos tradicionais está relacionada ao próprio contexto vivido, em que muito se discutia a possibilidade de uma guerra nuclear entre as potências da época – Estados Unidos da América e União Soviética. A configuração bipolar do sistema durante a Guerra Fria e a iminente possibilidade de uma guerra com efeitos catastróficos, então, fez com que os estudos sobre a segurança internacional continuassem ancorados apenas em questões militares, nucleares e estratégicas, sendo todas essas questões voltadas apenas para a segurança do Estado. Tal lógica foi modificada,

sobretudo, no fim da década de 1980 quando se tinham evidências de um possível colapso da União Soviética, abrindo caminhos para a inclusão de novas temáticas e epistemologias para estudar estes novos objetos (Krause, Williams, 1997; Williams, Krause, 1997; Buzan, Hansen, 2009).

A década de 1990 é relevante para compreender a evolução do subcampo da segurança internacional pois se tinha grande otimismo de que a instabilidade e insegurança do período bipolar havia sido superada. Esta mudança contextual fez com que os pesquisadores passassem a incorporar novos temas e adaptar suas agendas de pesquisa, tendo em vista que o estudo da segurança tendo apenas as questões militares do Estado como objeto parecia reduzir a possibilidade dos estudiosos de abordar novas ameaças à segurança que emergiram no pós-Guerra Fria. É relevante que mencionar que a ampliação do campo não pressupõe uma superação ou abandono da agenda tradicional, pois embora novas temáticas tenham sido incorporadas nessa agenda ampliada da segurança internacional, também se mantiveram temas tradicionais (Krause; Williams, 1997; Gomes, 2017; Buzan; Hansen, 2009). Entretanto, como bem apontam Keith Krause e Michael Williams (1997), passou-se a questionar com

---

<sup>2</sup> “(...) as unequal power and consequently as unequal life chances”.

maior frequência, como já havia feito Galtung no fim da década de 1960, a epistemologia e a ontologia de conceitos e pressupostos que compunham o subcampo. Essas críticas são agrupadas no que ficou comumente nomeado como os Estudos Críticos de Segurança<sup>3</sup>, que questionam os pressupostos positivistas que definiam as ameaças à segurança como unicamente materiais.

A partir deste breve panorama acerca da evolução do subcampo da segurança internacional, é importante compreender como os estudos sobre os conflitos armados foram afetados por este movimento de ampliação. É relevante compreender que essa temática passou a ser interpretada dentro do subcampo da segurança internacional de uma maneira distinta à perspectiva tradicional, principalmente no pós-Guerra Fria. Não se abandonou, nesse contexto, o estudo dos conflitos armados entre Estados, mas estes diminuíram significativamente, ao passo que, do fim da década de 1980 em diante, aumentou a quantidade de conflitos armados que

ocorriam exclusivamente dentro das fronteiras estatais emergiram, demandando dos próprios pesquisadores uma resposta para essas guerras que não haviam sido experimentadas na história recente. Observou-se que assim como Galtung (1969) havia mencionado em sua obra, a violência dentro das sociedades se manifestava de diferentes maneiras, e que esses “novos” conflitos giravam em torno da representatividade (Wallensteen, 2007; 2011; Kaldor, 2012; Bigatão, 2014; Schulenburg, 2017). Este aspecto será melhor explorado no próximo tópico.

Feitas tais considerações gerais sobre a ampliação do subcampo da segurança, a próxima seção aprofunda nas particularidades desses novos conflitos, bem como as características dos conflitos entre Estados, com o objetivo estabelecer um quadro teórico-metodológico que guiará a análise do presente artigo. Pretende-se discutir, inicialmente, os conceitos de conflitos, conflitos armados, conflitos armados intraestatais e conflitos armados interestatais, bem como as diferentes fases e dinâmicas que os conflitos obedecem.

---

<sup>3</sup> Essa é uma categoria uniformizadora que coloca os estudiosos críticos como sendo parte de uma corrente que questiona os pressupostos básicos do subcampo da segurança internacional. Entretanto, existem variações dentro desses estudos críticos, como, por exemplo, os membros da Escola de Copenhague e da Escola Galesa. Para maior aprofundamento sobre a temática, recomenda-se fortemente a consulta à obra de Gomes (2017), que realiza uma revisão da literatura dessa vertente crítica.

### *Delimitação do eixo teórico-metodológico*

A discussão sobre conflitos não é uma exclusividade do campo das Relações Internacionais. Por séculos, acadêmicos de áreas como a sociologia e a ciência política discutem o que são os conflitos no âmbito social e político, o que rendeu uma série de distintas definições acerca deste conceito. É com base nas distintas definições que Peter Wallensteen (2007) se propõe em criar uma conceituação única que fosse capaz de incorporar os diferentes elementos envolvidos nas definições preexistentes acerca do que são os conflitos. O autor, ao identificar na literatura as mais variadas definições sobre a temática, propõe que os conflitos são “uma situação social na qual um mínimo de dois atores (partes) se esforçam para atingir, em um mesmo momento, um conjunto de recursos escassos” (Wallensteen 2007, p. 15, tradução livre<sup>4</sup>). Logo, os conflitos são caracterizados pela presença de incompatibilidades percebidas, por dois ou mais atores, em torno de um recurso, sendo que estes atores não conseguem enxergar a possibilidade de conciliar seus interesses em um mesmo espaço de tempo. A incompatibilidade leva, então, esses atores à uma situação social de

não cooperação. Por fim, é relevante citar que o conceito do autor, ao tocar na questão dos recursos em disputa, não trata dessa variável como sendo unicamente material, como, por exemplo, o território ou os recursos naturais, podendo também possuir uma conotação relativa a variáveis imensuráveis, como o poder do Estado ou o anseio por representatividade (Wallensteen, 2007).

Louis Kriesberg e Bruce Dayton (2017) observam que os conflitos possuem diferentes estágios, tendo em vista que as dinâmicas sociais não obedecem à padrões estáticos de interação. Tendo em vista a característica de volatilidade do ciclo que envolve a emergência e resolução de conflitos, considera-se que este processo pode ser marcado pela possibilidade de avanços e retrocessos. Inicialmente, percebe-se a existência de bases (ou pré-condições) para um possível conflito, que são as causas subjacentes<sup>5</sup> que levam os atores à assumir uma postura não cooperativa devido à uma incompatibilidade percebida. Em seguida, há possibilidade de emergência de um conflito, que é a fase em que as partes, assumidamente, expressam sua incompatibilidade em

---

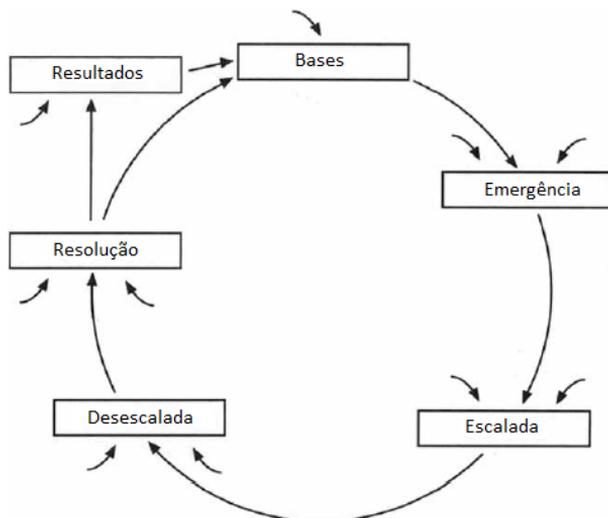
<sup>4</sup> “a social situation in which a minimum of two actors (parties) strive to acquire at the same moment in time an available set of scarce resources”

---

<sup>5</sup> Kriesberg e Dayton (2017) afirmam que não existe um consenso na literatura acerca de quais são as causas subjacentes dos conflitos. Assim, pesquisas nesse sentido são relevantes para tentar identificar tais causas e mitigá-las.

torno de um ou mais recursos. É interessante observar que a forma com que tais recursos serão perseguidos pelas partes pode ser distinta, ou seja, a presença de incompatibilidades nem sempre leva os atores à uma interação violenta. Quando os atores adotam uma postura coercitiva para alcançar seus respectivos objetivos, entra-se na fase da escalada do conflito, caracterizando-o então como um conflito armado. Quando a postura antagônica dos atores é mitigada, inicia-se uma fase de regressão do conflito, marcada pela assinatura de acordos de cessar-fogo e início de conversações de paz, ou seja, trata-se de um período pós-violência. Por fim, tem-se a fase da resolução, marcada pela assinatura e implementação dos acordos de paz, que ao mesmo tempo que podem de fato resolver tais conflitos, também podem criar bases para insatisfações e incompatibilidades futuras, pois nem sempre as partes se sentem contempladas pelos acordos, podendo levar ao ressurgimento do conflito. O processo cíclico elaborado por Kriesberg e Dayton (2017) e descrito anteriormente está sumarizado na Figura 1 abaixo:

Figura 1 – Ciclo do conflito



Fonte: Adaptado de Kriesberg e Dayton, 2017, p. 7.

Tendo em vista essas diferentes dinâmicas cíclicas<sup>6</sup> que envolvem os conflitos armados esquematizadas por Kriesberg e Dayton (2017), a análise a ser empregada na seção seguinte

<sup>6</sup> É relevante mencionar que os conflitos possuem fases cíclicas. Nesse sentido, todas as etapas estão intimamente relacionadas, e, acredita-se que quando estudadas em conjunto, um panorama geral pode ser melhor estabelecido (Wallensteen, 2007; Kriesberg; Dayton, 2017). Também é válido ressaltar que o estudo das fases prévias à violência é extremamente relevante tendo em vista que, nesses estágios iniciais, ainda é possível a tentativa de uma mediação, evitando os efeitos desastrosos das guerras. Por essa razão, as Nações Unidas têm investido, em parceria com outras agências, em sistemas de aviso prévio (*early-warning systems*) (Banco Mundial; Nações Unidas, 2017). Já os estudos das fases após a deflagração da violência também precisam considerar o que levou as partes em conflito a se engajarem na violência armada, tendo em vista que ter consciência das causas favorece a criação de um acordo de paz que seja mais inclusivo e que trate-as diretamente (Derouen Jr, 2014).

dividirá as contribuições acadêmicas em diferentes eixos temáticos: (1) Causas do Conflito (referente às bases e pré-condições); (2) Emergência dos Conflitos; (3) Escalada dos Conflitos; (4) Desescalada e negociações de paz; (5) Resolução dos Conflitos e pós-violência; (6) Ressurgimento. Serão considerados apenas as contribuições que envolvam um conflito armado já deflagrado, mesmo que a pesquisa foque em uma fase prévia à violência do ciclo supracitado.

Para contemplar a pergunta de partida do artigo, a análise também realizará uma divisão tipológica dos conflitos, que obedece a divisão esquemática proposta por Wallensteen (2007) em sua tricotomia dos conflitos. Os conflitos são separados pelo autor em três principais eixos: conflitos interestatais, conflitos intraestatais por formação de Estados e, por fim, os conflitos intraestatais pelo governo. Essas categorias foram criadas pelo autor tendo em vista, primeiramente, a natureza dos atores e a natureza principal da reivindicação dos grupos armados.

Com relação à natureza dos atores, os conflitos interestatais podem ser facilmente enquadrados pois trata-se de dois ou mais Estados e suas forças regulares, que podem estar mobilizadas

em coalizões militares, para perseguir o alcance de recurso específico. A incompatibilidade dos atores gira em torno de um recurso territorial ou a busca por influência. Um exemplo de conflito territorial interestatal – com magnitude de grandes guerras – são a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, que envolviam primeiramente anseios expansionistas das grandes potências dessas conjunturas. Também pode-se citar conflitos interestatais por território de menor escala, como o conflito ainda ativo entre Índia e Paquistão pela região da Caxemira. Já a Guerra Fria pode ser um exemplo de um conflito interestatal por influência política, no qual Estados Unidos e União Soviética disputavam o alinhamento estratégico-ideológico de Estados pós-coloniais para ampliar suas respectivas zonas de influência (Wallensteen, 2007).

Já os conflitos intraestatais, de forma geral, obedecem a uma lógica distinta dos conflitos interestatais, pois se tem o envolvimento de um grupo armado (composto por tropas não regulares) que disputa um recurso e desafia o poder do Estado (Wallensteen, 2007). As reivindicações desses grupos armados estão intimamente relacionadas a questões relativas à desigualdade social, manifestada seja na esfera política, social e/ou econômica, tendo em vista que os combatentes possuíam longo

histórico de privação nessas esferas. Assim, um dos aspectos que justifica a mobilização armada dos grupos é a discriminação e privação que ocorria dentro dos Estados com base em questões culturais, étnico-religiosas e, de forma geral, identitárias, configurando, então, um novo desafio para a segurança internacional no pós-Guerra Fria (Kaldor, 2012). Esse argumento com a ideia de Galtung (1969) de que a violência estrutural é tão relevante quanto a violência pessoal para compreender descontentamentos que podem emergir na vida em sociedade.

Assim, é possível dizer que os conflitos intraestatais armados são disputas violentas que sempre envolvem no mínimo um ator estatal e um outro ator não estatal. Estes são considerados como intraestatais também pelo fato de que a incompatibilidade entre as partes ocorre inicialmente no nível interno, o que significa dizer que independente da possibilidade de internacionalização e envolvimento de terceiros nas dinâmicas locais – algo bastante comum nos conflitos intraestatais atualmente –, a origem da incompatibilidade está muito mais associada à uma dinâmica e demanda interna na relação entre o Estado e a sua população (Wallensteen, 2007).

Dentro desta categoria de conflitos intraestatais, existem dois tipos: aqueles que são pela formação de novos Estados e aqueles que são pelo controle do Estado. Os conflitos por formação de Estados estão baseados em uma reivindicação territorial, na medida em que o grupo armado, nesses casos, tem como objetivo o controle de parcela do território nacional administrado pelo Estado. Nessa modalidade de conflitos, a incompatibilidade entre as partes possui uma razão territorial, tendo em vista que o grupo armado reivindica a autodeterminação de uma região. Logo, trata-se de conflitos pela autodeterminação, que, em grande maioria dos casos, almeja-se o separatismo e a criação de um Estado próprio (Wallensteen, 2007).

Já os conflitos motivados pelo poder são aqueles em que o objetivo não é alterar as fronteiras nacionais, mas sim promover uma mudança na liderança. Logo, os grupos armados, insatisfeitos para com o Estado, se mobilizam em movimentos armados que tem como o objetivo a deposição do governo local, para promover a ascensão das lideranças do grupo armado ao poder (Wallensteen, 2007)<sup>7</sup>. Nas duas

---

<sup>7</sup> É relevante mencionar que a divisão esquemática dos conflitos feita por Wallensteen (2007) não discute com profundidade as causas dos conflitos. Existem muitos estudos que discutem as variadas causas – imediatas, subjacentes,

modalidades de conflitos intraestatais, a reivindicação pelo recurso – seja o território, seja o poder – está intimamente relacionada à questão da representatividade. Os grupos e seus membros geralmente reivindicam uma maior participação política ou maior inclusão dessa parcela da sociedade nas políticas institucionalizadas pelo Estado, como, por exemplo, direito à educação, direitos sociais e culturais, dentre outros (Brown, 1996). Estes conflitos podem assumir contornos étnico-religiosos, como no caso de Ruanda (Nikuze, 2014), ou pode apresentar um caráter unicamente político, como no conflito entre a Colômbia e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) (Restrepo; Spagat; Vargas, 2004).

Uma questão que pode emergir é se os estudos sobre conflitos intraestatais devem ser parte das pesquisas sobre segurança internacional dentro das Relações Internacionais. Michael E. Brown (1996) é enfático ao afirmar que os estudos da temática devem ser incorporados pelo campo, na medida em que tais conflitos, sobretudo no contexto pós-Guerra Fria, ocasionaram uma série de consequências regionais e internacionais. Uma das razões que

influenciaram na inclusão dos conflitos intraestatais como objeto de estudo das Relações Internacionais é que estes provocam um grande fluxo de refugiados, devido aos altos níveis de violência contra civis empregada tanto pelos rebeldes quanto pelos governos nessas dinâmicas locais. Os países vizinhos também podem ser utilizados como rota para sustentar a economia ilícita, que geralmente é principal fonte de financiamento dos grupos armados<sup>8</sup> ou pelos Estados. Além disso, diversos autores têm dado atenção à intensificação do engajamento de Estados terceiros, por meio de organizações internacionais e regionais, como as Nações Unidas, a União Europeia e a União Africana, sobretudo no contexto pós-Guerra Fria. Estes atores passaram a se envolver ativamente no combate e na resolução dos conflitos internos. Logo, as questões domésticas vêm sendo gradativamente tratadas como um problema de cunho internacional<sup>9</sup> (Wallenstein, 2007; Touval; Zartman, 2001; Brown, 1996; Kaldor, 2012; Kenkel, 2013; Schulenburg, 2017).

---

intervenientes, dentre outras – que motivam as partes a legitimar a violência como um mecanismo para alcance dos objetivos. Recomenda-se a leitura de Derour Jr (2014) e Brown (1996) para aprofundamento sobre a temática.

---

<sup>8</sup> Pode-se citar como exemplo a Primeira Guerra Civil na Libéria, quando Charles Taylor mobilizou a Frente Patriótica Nacional da Libéria (NPFL) em outros países (Líbia e Serra Leoa, principalmente) e explorou recursos desses países para financiar as atividades do grupo armado (Waugh, 2011).

<sup>9</sup> Para mais informações sobre a internacionalização dos conflitos intraestatais, recomenda-se uma consulta da obra editada por Amy Freedman (2014).

Para além dos desafios citados anteriormente, a ocorrência desses conflitos promove uma mudança epistemológica dentro do subcampo da segurança internacional na medida em que princípios canônicos e ordenadores do sistema internacional, como, por exemplo, a soberania, passaram a ser questionadas tendo em vista os desastres humanitários que ocorreram ao longo da década de 1990. Assim, para possibilitar um maior envolvimento e assistência aos países que à época passaram por disputas internas armadas, passou-se a questionar com maior vigor os princípios que regiam a relação entre Estados (Wallensteen, 2011). Como bem observado por Monica Herz e Roberto Yamato (2018), as críticas e evolução do subcampo da segurança ocorridas no pós-Guerra Fria ocasionaram uma mudança no escopo normativo que vinculava os Estados no que tange questões relativas à violência. Os autores defendem que a o entendimento sobre a segurança, antes ancorada em uma perspectiva tradicional e voltada para o Estado, foi influenciado por discursos em torno do humanitarismo, e os indivíduos passaram a receber certa ênfase nesse contexto, como, por exemplo, através da consolidação do conceito de “segurança humana”<sup>10</sup>, que foca no provimento de

segurança e direitos básicos. A mudança nessas regras possibilitou o maior envolvimento internacional nas questões domésticas dos Estados, e, como observado por Wallensteen (2011), novas temáticas foram incorporadas na agenda, como, por exemplo, os conflitos internos, os processos de falência estatal, dentre outras que relativizavam o princípio da soberania. Logo, cada vez mais essas temáticas antes marginalizadas passam a ser mais estudadas pelos acadêmicos do campo, e as pesquisas possuem um papel fundamental para um melhor entendimento desses fenômenos.

Feitas tais considerações sobre os conceitos principais, e tendo em vista as características dos estudos sobre conflitos armados dentro das Relações Internacionais, a análise dos dados também dará enfoque em uma identificação da natureza dos artigos científicos coletados, buscando enquadrá-los como teóricos, que serão aqueles que tem como objetivo realizar proposições gerais sobre o fenômeno em questão, e aqueles que são de natureza aplicada, ou seja, textos científicos que buscam analisar fenômenos tendo em vista uma teoria preexistente. Esse aspecto é

---

humanitarismo e segurança humana, consultar Herz e Yamato (2018) e Alkire (2003).

<sup>10</sup> Para um debate mais específico acerca da ideia de

extremamente relevante pois, como citado anteriormente, os estudos sobre os conflitos armados sofreram uma mudança recente após 1991, e o aumento quantitativo dos conflitos internos demandou o acréscimo de pesquisas em torno da temática, e estas pesquisas passaram a ser colocadas em prática pelos policy-makers. Assim, os estudos sobre os conflitos possuem uma característica bastante normativa e, nesse sentido, contribuições de natureza teórica são extremamente relevantes para compreendermos quais são as causas dos conflitos, suas dinâmicas e, também, os caminhos mais adequados para a resolução e reconstrução dos Estados, aspectos cruciais para assistir os Estados em conflito de forma adequada (Höglund; Öberg, 2011; Wallensteen, 2011; Kriesberg; Dayton, 2017).

### ***As contribuições brasileiras sobre conflitos armados***

A partir das delimitações teórico-metodológicas feitas na seção anterior, o presente tópico tem como objetivo expor os resultados da coleta de dados, que foram baseados nas categorias propostas. Como mencionado anteriormente na seção introdutória, o presente artigo se propôs em analisar o conteúdo publicado nos anais eletrônicos dos dois eventos

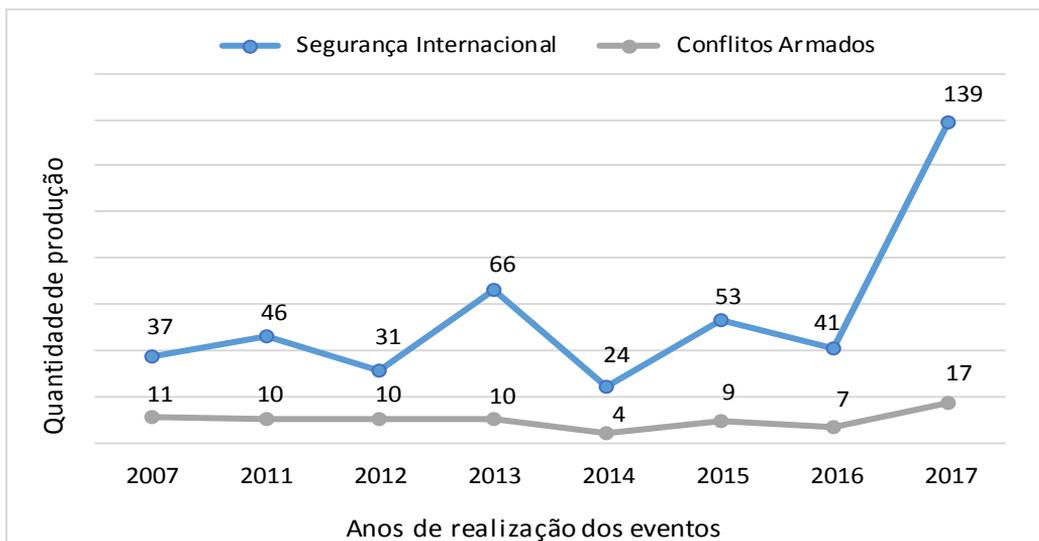
organizados pela ABRI, que são o Encontro Nacional (iniciado em 2007) e o Seminário da Pós-Graduação (iniciado em 2012), ambos eventos bienais. Assim, foram avaliados os anais eletrônicos de oito dos nove eventos produzidos pela associação, entre 2007 e 2017, tendo em vista que um deles – realizado em conjunto com a International Studies Association (ISA) – não teve anais eletrônicos disponibilizados (ABRI, 2007; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017).

Os artigos enviados para os eventos da ABRI são enquadrados em eixos temáticos. Assim, o primeiro filtro utilizado para análise dos anais eletrônicos foi a escolha pela seção denominada como “Segurança Internacional”, que, em 2015, foi renomeada para “Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Defesa Nacional”. É válido ressaltar que dentro dessa linha temática dos eventos, inclui-se tanto trabalhos que seguem a perspectiva tradicional segurança internacional, quanto trabalhos que adotam uma perspectiva crítica e ampliada do subcampo. Assim, reunindo todos os textos do subcampo, têm-se um total de 437 artigos disponibilizados nos anais eletrônicos dos eventos da associação. A segunda filtragem ocorreu após uma avaliação qualitativa dos títulos, resumos e

palavras-chave, que levou em consideração as balizas teórico-metodológicas estipuladas na seção anterior. O resultado encontrado é de que 78 textos científicos eram concernentes às discussões sobre conflitos armados e suas dinâmicas, número que indica que 16,4% do total de textos publicados nos anais eletrônicos dentro da área da Segurança Internacional, entre 2007 e 2017, focam nesta temática (ABRI, 2007; 2011;

2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017). De forma comparada, o Gráfico 1 abaixo sumariza a produção acadêmica na área da Segurança Internacional e as discussões que focam na temática sobre conflitos armados dentro deste subcampo. Um aspecto que merece ser mencionado é que a produção específica sobre conflitos armados vem decrescendo proporcionalmente, especialmente no último evento avaliado.

Gráfico 1 – Quantidade comparada da produção acadêmica (2007-2017)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados coletados

Retomando a tricotomia dos conflitos proposta por Wallensteen (2007), o presente artigo enquadrou os textos científicos coletados de acordo com as seguintes categorias: (1) conflitos interestatais; (2) conflitos intraestatais

pelo poder; (3) conflitos intraestatais pela formação de Estados; (2, 3) conflitos intraestatais pelo poder e pela formação de Estados; (1, 2, 3) todos os tipos de conflito presentes na tricotomia e, por fim; (1, 2), conflitos interestatais e

conflitos pelo governo. Os resultados deste enquadramento estão sumarizados na Tabela 1 que segue abaixo:

Tabela 1 – Enquadramento dos artigos na tricotomia dos conflitos

Ano	(1)	(2)	(3)	(2, 3)	(1, 2, 3)	(1, 2)
2007	1	6	0	2	2	0
2011	3	3	2	1	0	1
2012	1	7	0	2	0	0
2013	2	6	0	1	1	0
2014	1	2	0	0	1	0
2015	2	6	0	1	0	0
2016	3	2	1	1	0	0
2017	2	12	0	0	3	0
	<b>15</b>	<b>44</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>1</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados coletados

Nota-se, pela análise dos dados dispostos na tabela acima, que a produção acadêmica sobre conflitos armados publicada nos anais eletrônicos dos eventos da ABRI, em sua grande maioria focam nos conflitos intraestatais nos quais a incompatibilidade entre as partes é o relativa ao poder estatal (44, valor relativo à 56,4% da amostra total).

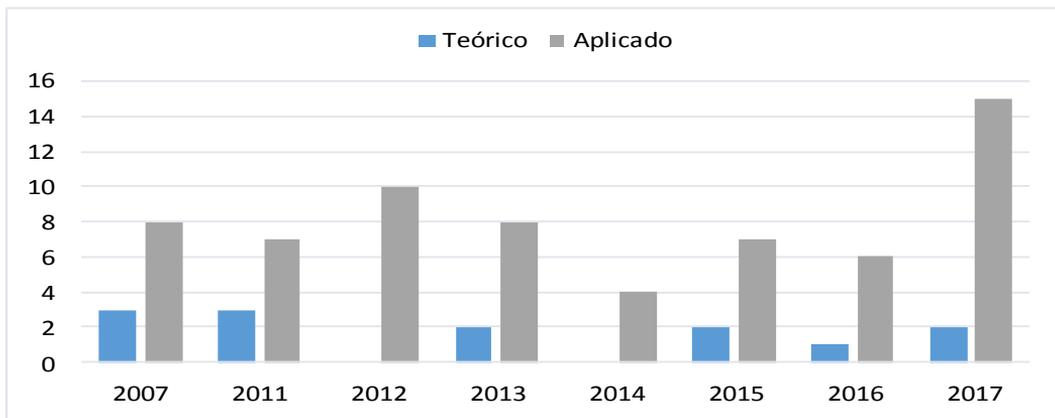
Em complemento, outros 10,25% dos artigos tratam sobre ambos os tipos de conflitos intraestatais – pelo poder e pela formação de Estados –, enquanto pequena parcela dos textos abordou apenas os conflitos relativos à formação de novos Estados (3,84%). Assim, 70,49% dos textos enquadrados na categoria geral de conflitos armados discutiam as dinâmicas envolvendo os conflitos essencialmente intraestatais.

Em contrapartida, 19,23% dos outros artigos versavam exclusivamente sobre conflitos interestatais, e outros 10,17% (somatório das duas últimas colunas) discutiam dinâmicas relativas tanto aos conflitos interestatais quanto aos intraestatais.

Outra questão que este artigo se prontificou em investigar é em relação à característica científica dos textos encontrados, buscando identificar se estes os textos selecionados objetivavam

produzir formulações de caráter teórico ou se o foco era aplicar teorias preexistentes para compreender o objeto de estudo. A constatação feita, que pode ser vista no Gráfico 2 abaixo, é que a maioria dos artigos sobre a temática dos conflitos armados (65, número referente a 83,33% do total) possuem característica aplicada, ou seja, se baseiam majoritariamente em teorias preexistentes, o que significa que apenas 13 artigos tinham como objetivo principal fazer formulações teóricas.

Gráfico 2 – Natureza dos artigos sobre conflitos armados



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados coletados

Por fim, a última observação feita é referente ao enquadramento do conteúdo geral dos artigos às categorias que compõem o ciclo dos conflitos de Kriesberg e Dayton (2017). Retomemos, então, as categorias estabelecidas pelos autores, que são: (1) Causas do Conflito (referente às bases); (2) Emergência dos Conflitos; (3) Escalada dos Conflitos;

(4) Desescalada e negociações de paz; (5) Resolução dos Conflitos e pós-violência; (6) Ressurgimento. Nenhum dos textos coletados focam na possibilidade de ressurgimento dos conflitos, logo, esta categoria foi eliminada das tabelas que seguem adiante. Em segundo lugar, é relevante mencionar que enquadrar os textos

dentro de um ciclo do conflito foi uma tarefa complexa, tendo em vista que alguns deles versavam sobre a transição entre os períodos determinados no ciclo. Tendo em vista essa dificuldade, optou-se por elaborar duas tabelas. Uma delas,

que é a Tabela 2 que segue abaixo, contempla os textos com caráter monotemático, ou seja, aqueles que tem como objetivo principal discutir uma única etapa do ciclo de Kriesberg e Dayton (2017).

Tabela 2 – Artigos monotemáticos sobre conflitos armados

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
<b>2007</b>	1	0	6	0	2
<b>2011</b>	1	0	4	1	3
<b>2012</b>	0	0	3	0	5
<b>2013</b>	0	1	3	0	2
<b>2014</b>	0	0	0	0	0
<b>2015</b>	1	0	1	1	4
<b>2016</b>	1	0	1	1	1
<b>2017</b>	1	0	5	0	8
	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>23</b>	<b>3</b>	<b>25</b>

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados coletados

Com base na tabela anterior, é possível fazer algumas inferências. A primeira delas é que grande parte do conteúdo publicados nos anais dos eventos da ABRI, que versam sobre conflitos armados, possuem um caráter monotemático (um total de 57 artigos, que corresponde a aproximadamente 73,07% da amostragem selecionada). A

segunda constatação é que estes textos estão, em sua maioria, concentrados nas categorias 3 e 5 que se referem, respectivamente, às etapas de escalada do conflito e de resolução no pós-violência. Nota-se, então, que no intervalo de tempo avaliado, o interesse dos acadêmicos brasileiros concentrou-se em torno do momento em que a

violência é deflagrada, configurando o que entendemos como um conflito armado, bem como sobre as formas de promover a resolução dos conflitos armados

A outra tabela, por sua vez, reúne os outros 21 artigos com aspirações multitemáticas, ou seja, aqueles que realizam uma análise dos conflitos à luz dos períodos de transição entre duas ou mais etapas referentes ao ciclo dos conflitos. Foram encontrados artigos que versam sobre: (1, 2) as causas e a evidenciação da incompatibilidade; (1,

2, 3) as causas, a evidenciação da incompatibilidade e a escalada da violência; (2, 3) a evidenciação da incompatibilidade e a escalada da violência; (3, 4) a escalada da violência e a fase de negociação entre as partes; (3, 4 e 5) a escalada da violência, fase de negociação entre as partes e o processo de resolução pós-violência e, por fim; (4 e 5) fase da negociação e processo de resolução pós-violência. A frequência dos artigos em cada uma destas categorias híbridas está sumarizada na Tabela 3 abaixo.

Tabela 3 – Artigos multitemáticos sobre conflitos armados

	(1, 2)	(1, 2, 3)	(2, 3)	(3, 4)	(3, 4, 5)	(4, 5)
<b>2007</b>	0	0	0	1	0	1
<b>2011</b>	0	1	0	0	0	0
<b>2012</b>	0	0	0	1	1	0
<b>2013</b>	0	0	1	3	0	0
<b>2014</b>	0	0	2	0	1	1
<b>2015</b>	0	0	0	0	1	1
<b>2016</b>	1	0	2	0	0	0
<b>2017</b>	0	0	1	1	1	0
	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>3</b>

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados coletados

Os dados dispostos na tabela anterior demonstram que dos 21 artigos multitemáticos, 6 deles versam sobre a transição entre os ciclos 2 e 3, que representa a transição da não cooperação para a violência armada. Como visto na coluna (3, 4), outros 6 artigos investigam o processo de transição entre a escalada da violência e o início das conversações para a paz entre as partes beligerantes. Por fim, sendo que outros 4 artigos incluem discussões sobre o processo de pós-resolução (textos enquadrados na coluna 3, 4, 5). Assim, acoplando os dados dispostos nas duas últimas tabelas, é possível observar que dentro das contribuições selecionadas, o foco principal dos autores tem sido em discutir as etapas após a escalada da violência nos conflitos armados.

### *Considerações finais*

É possível inferir que os conflitos intraestatais, como uma categoria única, são os mais debatidos entre os pesquisadores no Brasil, tendo destaque para os conflitos intraestatais pelo poder, que são a massiva maioria. Sendo assim, estes dados corroboram a primeira hipótese traçada na seção introdutória. É interessante notar, então, que a primazia dos estudos dos conflitos intraestatais dentro do campo das Relações Internacionais reflete o fato de que tais conflitos estão cada vez mais se

tornando altamente internacionalizados, tornando-se objeto de estudos dos acadêmicos da área.

Para além da constatação anterior, outras considerações não previstas também podem ser feitas tendo em vista os dados amostrais coletados. A primeira delas é que a discussão da temática dos conflitos armados vem decrescendo proporcionalmente, algo que fica evidente no Gráfico 1 que estabelece a comparação entre a produção do subcampo da Segurança Internacional e da temática dos conflitos armados. A segunda constatação é que as contribuições brasileiras, em sua maioria, possuem natureza aplicada, e pequena quantidade anseia a criação de formulações teórico-metodológicas gerais, algo que deve ser incentivado devido à relevância das teorias para a implementação de políticas nos Estados em conflito. Também se observa que grande parte dos dados coletados apontam para artigos de caráter monotemático, que se concentram em uma das etapas dos conflitos que delineamos na segunda seção do artigo. Entretanto, é relevante ressaltar que há uma íntima relação entre todas as etapas do ciclo dos conflitos, logo, seria interessante que as pesquisas passassem a adotar um caráter multitemático para compreender as dinâmicas dos conflitos armados. Por fim, os dados apontam que

grande parte das contribuições acadêmicas avaliadas demonstram interesse dos pesquisadores brasileiros após deflagração da violência, ou seja, nas etapas 3, 4 e 5 do ciclo dos conflitos.

Por fim, é relevante relembrar que este artigo traz considerações acerca de uma amostra coletada nos anais eletrônicos dos eventos da ABRI entre 2007 e 2017, logo, as considerações feitas aqui são

relativas à tal amostragem. Este artigo também deixa em aberto a possibilidade de novas pesquisas, que podem ser extremamente úteis e complementares na medida em que realizem um alargamento da amostragem coletada, com o objetivo de gerar um panorama completo sobre as contribuições acadêmicas brasileiras sobre os conflitos armados dentro do campo das Relações Internacionais.

## Referências

ABRI (2007) *Anais eletrônicos do 1º Encontro Nacional da ABRI*, 25-27 jul. 2007, Brasília. Disponível em: <[https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=1145](https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1145) >. [Acesso em: 10 abr. 2018].

\_\_\_\_\_. (2011) *Anais eletrônicos do 3º Encontro Nacional da ABRI*, 20-22 jul. 2011, São Paulo. Disponível em: <[https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=1145](https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1145) >. [Acesso em: 10 abr. 2018].

\_\_\_\_\_. (2012) *Anais eletrônicos do 1º Seminário de Relações Internacionais: Graduação e Pós-Graduação*, 12-13 jul. 2012, Brasília. Disponível em: <[https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=1145](https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1145) >. [Acesso em: 10 abr. 2018].

\_\_\_\_\_. (2013) *Anais eletrônicos do 4º Encontro Nacional da ABRI*, 23-26 jul. 2013, Belo Horizonte. Disponível em: <[https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=1145](https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1145) >. [Acesso em: 10 abr. 2018].

\_\_\_\_\_. (2014) *2º Seminário de Relações Internacionais: Graduação e Pós-Graduação*, 28-29 ago. 2014, João Pessoa. Disponível em: <

[https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=1145](https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1145) >. [Acesso em: 10 abr. 2018].

\_\_\_\_\_. (2015) *Anais eletrônicos do 5º Encontro Nacional da ABRI*, 29-31 jul. 2015, Belo Horizonte. Disponível em: <[https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=1145](https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1145) >. [Acesso em: 10 abr. 2018].

\_\_\_\_\_. (2016) *1º Seminário de Relações Internacionais: Graduação e Pós-Graduação*, 29-30 set. 2016, Florianópolis. Disponível em: <[https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=1145](https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1145) >. [Acesso em: 10 abr. 2018].

\_\_\_\_\_. (2017) *Anais eletrônicos do 6º Encontro Nacional da ABRI*, 25-28 jul. 2017, Belo Horizonte. Disponível em: <[https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=1145](https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1145) >. [Acesso em: 10 abr. 2018].

Alkire, S. (2003) A Conceptual Framework for Human Security. Centre for Research on Inequality, *Human Security and Ethnicity*, University of Oxford. Disponível em: <<http://www3.qeh.ox.ac.uk/pdf/crisewps/workingpaper2.pdf>>. [Acesso em: 15 set. 2018].

Banco Mundial; Nações Unidas. *Pathways for Peace: Inclusive Approaches to Preventing Violent Conflict*, Washington D.C, 2017. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/28337/211162mm.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>. [Acesso em: 4 jul. 2018].

Bigatão, J. (2014) “Operações de paz da ONU: a década de 1990 e a crise das responsabilidades”, in: MATIJASCIC, Vanessa (Ed.). *Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas: Reflexões e Debates*. São Paulo: Editora UNESP.

Brown, M. E. (Ed.). (1996) *The International Dimensions of Internal Conflict*. Cambridge: MIT Press.

Buzan, B.; Hansen, L. (2005) *The Evolution of International Security Studies*. Cambridge: Cambridge University Press.

Derouen Jr, K. (2014) *An Introduction to Civil Wars*. Thousand Oaks: CQ Press.

Freedman, A (Ed.) (2014) *The Internationalization of Internal Conflicts: Threatening the State*. Edited by London and New York: Routledge.

Galtung, J. (1969) 'Violence, Peace, and Peace Research'. *Journal of Peace Research*, 6(3), pp. 167-191.

Gomes, A. (2017) 'A Escola Galesa de Estudos Críticos em Segurança Internacional: 25 anos depois'. *Revista Carta Internacional*, 12(1), pp. 173-197.

Herz, M.; Yamato, R. (2018) 'As Transformações das Regras Internacionais sobre Violência na Ordem Mundial Contemporânea'. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 61(1), pp. 3-45.

Höglund, K.; Öberg, Magnus. (2011) Doing Empirical Peace Research. In: Höglund, K.; Öberg, Magnus (Eds.). *Understanding Peace Research: Methods and Challenges*. Abingdon: Routledge.

Kaldor, M. (2012) *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era*. 3<sup>a</sup> ed. Cambridge: Polity Press.

Kenkel, K. (2013) 'Five generations of peace operations: from the "thin blue line" to "painting a country blue"'. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 56(1), pp. 122-143.

Williams, M; Krause, K. (1997) Preface: Toward Critical Security Studies. In: Krause, K.; Williams, M. (Eds.). *Critical Security Studies*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Krause, K; Williams, M. (1997) From Strategy to Security: Foundations of Critical Security Studies. In: Krause, K.; Williams, M. (Eds.). *Critical Security Studies*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Kriesberg, L.; Dayton, B. W. (2017) *Constructive Conflicts: From Escalation to Resolution*. 5<sup>a</sup> ed. London: Rowman & Littlefield.

Lawson, G.; Hobson, J. (2008) 'What is history in international relations?' *Millennium*, 37(2), pp. 415-435.

Nikuze, D. (2014), ‘The Genocide against the Tutsi in Rwanda: Origins, causes, implementation, consequences, and the post-genocide era’. *International Journal of Development and Sustainability*, 3(5), pp. 1086-1098.

Restrepo, J.; Spagat; M.; Vargas, J. (2004) ‘The Dynamics of Colombian Civil Conflict: A New Data Set’. *Homo Oeconomicus*, 21(2), pp. 396–428.

Sato, E. (2000) ‘A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções’, *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43(1), pp. 138-169.

Schulenburg, M. (2017) *On Building Peace: Rescuing the Nation-State and Saving the United Nations*. Amsterdam: Amsterdam University Press.

Touval, S.; Zartman, W. (2001) “International mediation in the post-Cold War era”, in: Crocker, C.; Hampson, F.; Aall, P. *Turbulent peace: the challenges of managing international conflict*. Washington: United States Institute of Peace Press.

Wallensteen, P. (2007) *Understanding Conflict Resolution: War, Peace and the Global System*. 2<sup>a</sup> ed. Thousand Oaks, London: Sage Publications.

\_\_\_\_\_. (2011) “The Origins of Contemporary Peace Research”, in: Höglund, K.; Öberg, Magnus (Eds.). *Understanding Peace Research: Methods and Challenges*. Abingdon: Routledge.

Waugh, C. (2011) *Charles Taylor and Liberia: Ambition and Atrocity in Africa’s Lone Star State*. London & New York: Zed Books.